



Entrevista: Eclea Bosi // Interview: Eclea Bosi

Prof. emérito da Universidade de São Paulo (USP); possui graduação em Psicologia e mestrado e doutorado em Psicologia Social, ambos pela USP.

Memória: enraizar-se é um direito fundamental do ser humano

Por Mozahir Salomão Bruck¹

Em tom de apreço e reconhecimento a sua importante obra no âmbito das ciências humanas, a *Revista Dispositiva* apresenta nesta edição entrevista com a professora emérita da Universidade de São Paulo, Ecléa Bosi. Autora de vários livros como *Memória e Sociedade: lembrança de velhos* (já na 16ª edição), *Cultura de massa e Cultura popular – leituras de operárias*; *Simone Weil – a condição operária e outros estudos sobre a opressão e Velhos amigos*, Ecléa Bosi apresenta nesta entrevista reflexões importantes sobre passado e memória e aspectos da pesquisa de campo que se utiliza da memória oral. Na contramão da apologia da memória exclusivamente depositada em dispositivos tecnológicos, Ecléa lembra que enraizar-se é um direito fundamental do ser humano e que a negação a esse direito tem conseqüências graves para a cultura e para a vida em sociedade. Entre tantos ensinamentos que a obra de Ecléa Bosi, professora de Psicologia Social da USP, já nos proporcionou vale destacar essa noção de que ao pesquisador cabe, além da sensibilidade e respeito ao ouvir, o compromisso de que aquilo que ele coleta do passado deve reverberar e fecundar o futuro. A entrevista a seguir foi feita por meio de uma conversa telefônica. Bosi teve o cuidado de solicitar antecipadamente as perguntas, preparando, gentilmente, um texto para respondê-las, que editamos a seguir em formato pergunta/resposta.

¹ Mozahir Salomão Bruck é doutor em Literatura pela PUC Minas e mestre em Comunicação pela UFRJ. É professor do Programa de Pós-graduação em Comunicação da PUC Minas.

1. Começamos esta entrevista citando um pensamento de Walter Benjamin, mencionado em seu livro *Memória e sociedade – lembranças de velhos*: a memória como uma faculdade épica por excelência. A frase, além da força conceitual que abriga, nos coloca uma questão que atravessa toda a discussão acerca do memorialismo: inevitavelmente instalada em uma narrativa e sujeita a adequações (muitas vezes até inconscientes), falhas, reescritas, a memória não é, ao final, um processo e um objeto do tempo presente?

De fato, como sugere sua pergunta, a memória atende ao chamado do presente. Mas, teremos que transpor, muitas vezes, a enorme distância temporal entre o fato narrado pela testemunha e o acontecido. Experiência sempre muito difícil, devido às transformações ocorridas, sobretudo nas mentalidades. O passado, a rigor, é uma alteridade absoluta que só se torna cognoscível mediante a voz do nosso depoente, nosso narrador. Eu insisto sempre com meus alunos, na formação do pesquisador que vai entrevistar o seu memorialista: quando a narrativa dele é hesitante, cheia de silêncio, ele não deve ter pressa de fazer interpretação ideológica do que está escutando ou de preencher as pausas. Importante destacar que a fala emotiva e fragmentada do nosso memorialista é portadora de significações que nos aproxima da verdade. Nós temos que aprender a amar esse discurso tateante, as suas pausas, as suas franjas, com fios perdidos quase irreparáveis. Bem mais que um documento unilinear, a narrativa da testemunha mostra a complexidade do real. Oferece uma via privilegiada para compreender a articulação dos movimentos da história com a cotidianidade. É muito belo escutar esse rememorar meditativo da testemunha. E nós então compreendemos que se pode fazer da memória um apoio sólido para a construção do presente e ela se torna para nós uma verdadeira matriz de projetos.

2. Muito se fala que a contemporaneidade colocou em crise parâmetros importantes para o homem, como a relação com o tempo e com o espaço. Estando a memória indissociavelmente ligada à noção de tempo, pode-se afirmar que a memória hoje ganha novos contornos e processos? Quanto o tempo se torna tão fugidio, com o imediato sobrevalorizado, qual é a potência da memória em termos da nossas necessárias aprendizagem com o passado, o já vivido?

Esta é uma questão relevante para pensarmos a memória: qual versão de um fato deve ser considerada verdadeira? Nós estávamos e sempre estaremos ausentes do fato que está sendo narrado. Não temos, pois, o direito de refutar o fato contado pelo memorialista como se ele estivesse no banco dos réus, e dele exigir que nos diga a verdade, somente a verdade. Ele, como todos nós, vai nos contar a sua verdade. Depois, na interpretação de uma colheita de lembranças, nós temos que pensar, como cientistas humanos que nós somos, em um projeto – que tipo de conhecimento estamos buscando e produzindo. Porque o passado reconstruído não é um refugio, mas uma fonte, um manancial de razões para lutar. Então, a memória deixa de ter aqui um caráter de restauração do passado e passa a ser a memória geradora do futuro: memória social, memória histórica e coletiva. Nós pesquisadores que recolhemos o passado sabemos que ele é um dos mais difíceis e misteriosos dos conceitos. O passado não é uma sucessão de fatos ou camadas que se vai escavando. A memória desconhece a ordem cronológica. Minha hipótese é que ela opera com grande liberdade, recolhendo fatos memorados no espaço e no tempo, não arbitrariamente - mas por que se relacionam através de índices de significação comum. São constelações de eventos mais intensas quando sobre elas incide o brilho de um significado coletivo. Esse intenso movimento de recuperação da memória nas ciências humanas se constitui hoje numa verdadeira moda acadêmica. O vínculo com o passado, que é vital, porque dele se extrai a seiva para a formação da identidade. Nesse sentido também está a noção de direito ao enraizamento, de Simone Weil, para quem este é um direito humano semelhante a outros direitos ligados a sobrevivência do homem.

3. Na contemporaneidade tão marcada, entre outras noções, pela idéia de desterritorialização, como entender esse direito ao enraizamento?

Eu aprecio muitíssimo esse conceito criado por Simone Weil para entendimento da cultura: o enraizamento. Os deslocamentos constantes a que nos obriga a vida moderna não nos permite um enraizamento num dado espaço ou numa comunidade, mas este

continua sendo um direito humano fundamental. Como dizia Simone Weil, o ser humano tem uma raiz por sua participação real numa coletividade, que conserva vivos certos tesouros do passado e certos pressentimentos do futuro. O desenraizamento a que nos obriga a vida moderna é uma condição desagregadora da memória. Um dos mais cruéis exercícios da opressão na sociedade moderna (opressão de natureza econômica) é a espoliação das lembranças. Eu penso que os urbanistas quando fazem projetos sobre as cidades, deveriam escutar os velhos moradores e estarem abertos a sua memória, que é a memória de cada rua, de cada bairro. Eles estariam recuperando a dimensão humana do espaço que é um problema político dos mais urgentes. A sobrevivência de um grupo se liga estreitamente a morfologia da cidade e essa ligação se desarticula quando a especulação urbana causa um grau intolerável de desenraizamento. Há nos habitantes do bairro o sentimento de pertencer a uma tradição, a uma maneira de ver que anima a vida das ruas, das praças, dos mercados e das esquinas. E tudo isso se reflete bem nos depoimentos dos nossos memorialistas. Então, os pesquisadores devem ter a consciência de que uma história de vida que nós escutamos não é feita para ser arquivada ou guardada em uma gaveta como coisa, existe para transformar a cidade onde ela floresceu